



Ministério dos Direitos Humanos
Secretaria Executiva dos Conselhos
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C
Edifício Parque Cidade Corporate Torre A
10º Andar – Sala 1001b

**Resumo Executivo da 44ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT:
11/04 e 12/04/2018**

No dia 11/04, deu-se início à 44ª reunião do Conselho Nacional Contra a Discriminação LGBT no Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, 12º andar, com a participação Secretário-Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Engels Muniz; Secretário substituto de Cidadania, Herbert Barros; Secretário-Executivo dos Conselhos, Rlick dos Santos; Coordenadora Geral do Conselho (MDH), Kátia Guimarães; Presidente do Conselho LGBT, Washington Dias; Vice-Presidente do Conselho e Diretora de Promoção dos Direitos de LGBT do MDH, Marina Reidel; e membros do Conselho LGBT.

Ao iniciar a reunião, o Presidente do Conselho LGBT apresentou à Mesa e passou a fala ao Secretário-Executivo, que, após cumprimentar a todos os presentes disse que Motivo de sua presença é conhecer as demandas e as atividades do CNCD, dizendo que o Ministério dos Direitos Humanos estava à disposição para o que se fizesse necessário. Salientou que o Ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha, também ocupa a Subchefia de Assuntos Jurídicos da Presidência da República e que buscou estar no Ministério dos Direitos Humanos pois é uma pauta que deve ocupar o protagonismo que lhe é devido. Informou que o Ministro foi efetivado evidenciando seu interesse de estar no MDH. O Secretário-Executivo disse que a pauta LGBT é de muito interesse da atual gestão ministerial, e que por isso tem conversado, com o Secretário Substituto de Cidadania, Herbert Barros nesse sentido. A ideia é acolher e ouvir as demandas. Salientou que para o MDH, um dos pontos mais sensíveis é a LGBTfobia e o Ministério quer solucionar isso. Disse que está acessível e que a porta do Ministro e do Secretário-Executivo estão abertas, conclamou o Conselho à parceria, e disse que quer caminhar junto ao Conselho e não em caminhos opostos. Em seguida, solicitou para que todos se apresentassem.

Após o pronunciamento do Secretário-Executivo, os Conselheiros questionário e cobraram dele a questão orçamentária, que segundo eles, não está sendo o suficiente para cumprir todas as agendas necessárias para o efetivo funcionamento do Conselho, acrescentando ainda que, faz-se necessário a assinatura do decreto por parte do Governo Federal, para que a 4ª Conferência LGBT seja realizada. Os conselheiros cobraram ainda a Lei LGBTfobia. Segundo a Conselheira Luma, o Brasil é o campeão mundial de assassinatos deste público. “Já são 53 assassinatos no Brasil este ano e ninguém faz nada”. Apresentaram-se os Conselheiros Emerson Santos da ArtGay Jovem, Daniel Costa da FONAJUNE, Danielle Brígida da ABL, Mirla Cisne da CFESS, Fabiana Gadelha da Secretaria Nacional de Cidadania, Zezinho Prado da CNTE, Lenilso Silva da ArtGay, Danilo Freitas da CUT, Jovanna Baby da FONATRAN, Keila Simpson da ANTRA,



Ministério dos Direitos Humanos
Secretaria Executiva dos Conselhos
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C
Edifício Parque Cidade Corporate Torre A
10º Andar – Sala 1001b

Luma de Andrade da ABEH, Cristiane Betariz da TransBrasil, Ângelo Couto da Casa Civil, Daniel Leitão do Ministério das Relações Exteriores, Rogério Franco da SEPPIR, O Secretário-Executivo explanou que o Governo Federal através do Ministério dos Direitos Humanos, está empenhado no trabalho de articulação da questão da LGBTfobia. Já em relação ao orçamento, o mesmo frisou que isso é um problema de todo o Governo Federal, “o problema financeiro está em todo o país, precisamos usar a criatividade para resolução de problemas”, fazendo uma referência ao orçamento adquirido pela SEPPIR, Adrianna Figueiredo do MDSA, Jéssica Bernardes do Ministério da Saúde, Fábio Costa da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, Jumaida Pereira da Secretaria de Governo da Presidência da República, Irina Storni da Secretaria de Políticas para Mulheres. Em seguida, o Presidente do Conselho reforçou a necessidade de ampliação orçamentária para ações de políticas públicas e cita que atualmente há disponível para o Conselho R\$ 260.000 e já foi usado 1/3 desse valor e também que necessário ter um diálogo para o orçamento do próximo ano. Salientou a importância de atuar para que o Poder Executivo articule com o Legislativo para a edição da Lei que estabelece o Conselho.

No que concerne a 4º conferência, o Sr. Secretário, ressaltou a importância do evento, se comprometendo a lutar em prol desta pauta.

Disse ainda que o problema orçamentário é um problema que delimita todo o governo federal e é um problema que está tentando superar e pretende avançar mais. Disse que o país está passando por um momento difícil e o Ministério está inserido nesse contexto e por isso precisa-se usar a criatividade nesse momento difícil, tendo como objetivo a transversalidade e pede ao Secretário Herbert uma lista de prioridades para definir até onde se pode avançar e cita a SEPPIR como exemplo. Sobre a 4ª Conferência: citou a CONAPIR como exemplo positivo pois usou emendas parlamentares. Citou que o Ministro tem uma agenda com o Deputado Federal Jean Willys e que mudou a equipe de assessoria parlamentar e está à disposição para ajudar a conseguir as emendas para a 4ª Conferência LGBT. O Secretário falou que vai atuar para que a Conferência esteja no próximo Plano Plurianual pois o ministério não pode parar e o Ministro já está trabalhando para fortalecer o Ministério para os próximos anos, citou também a reestruturação da Ouvidoria do MDH para combater a LGBTfobia. Citou também que vai procurar outros ministérios para ter uma articulação e um pacto entre ministérios.

Ressaltou ainda que tem conhecimento que a equipe que trabalha na diretoria do Conselho LGBT no MDH, é ínfima, sendo a menor de todos os conselhos, porém, afirma que essa diretoria será aumentada, pois isso, também é um desejo do Ministro Gustavo Rocha.



Ministério dos Direitos Humanos
Secretaria Executiva dos Conselhos
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C
Edifício Parque Cidade Corporate Torre A
10º Andar – Sala 1001b

Finalizando sua fala, o Secretário-Executivo, ressaltou que é desejo do Ministério dos Direitos Humanos, a pauta da LGBTfobia, sendo que já está sendo articulado com outros Ministério essa pauta para que a Lei LGBTfobia saia do papel e pediu ao Presidente do Conselho, que fosse confeccionado uma lista de prioridade da organização, para que essas demandas sejam trabalhadas de forma priorizadas pela Governo. Após finalizar sua fala, o Secretário-Executivo, o Secretário substituto de Cidadania e o Secretário Executivo dos Conselhos, despediram-se de todas e todos, afirmando o compromisso com a pauta e saíram para o cumprimento de suas respectivas agendas.

Dando seguimento à reunião, o Presidente do Conselho, estabeleceu o quórum (22 membros). A conselheira Luma, requereu que o decreto 7.388/2010 seja respeitado, sendo que não seja aceito pelo pleno, que um suplente assumira a presidência do Conselho, caso haja ausência do Presidente e que seja substituído os Conselheiros que ultrapassem o tempo permitido. Com a fala a Vice-Presidente Marina Reidel, falou como governo, a posição da secretaria é urgência na revisão e busca pela unidade, fizesse todos os encaminhamentos e buscar a unidade, fazer estudos nos documentos e no Regimento para ver as contradições. Com a fala a Coordenadora-Geral do CNCD, Kátia Guimarães falou que levou à diretoria e analisou o conteúdo e entende que matéria 1 não é objeto de verificação uma vez que foi atendida pelo Pleno. O Presidente abre a discussão para o Pleno. Neste momento, O Conselheiro Emerson faz uma questão de ordem para verificar através de Regime de Votação, se o Pleno deve apreciar o requerimento. Em Regime de Votação, votam pela apreciação: CFESS, ANTRA, ABEH, FONATRANS, MDH, MPOG, MDSA, SeGov, SPM, SEPIR, SePrev, MS, MEC, Casa Civil. Votaram pela Não-apreciação: ABL, FONAJUNE, ArtGay Jovem, CNTE, ArtGay, RedeTransBrasil, RedeAfro. O Presidente abriu os informes, a Vice-Presidente e Diretora Marina deu informes referentes à Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Conselheiro Rogério da SEPIR informou sobre o edital para seleção de projetos para a população LGBT negra e a Conselheira Danielle solicitou a gravação da discussão do Regimento Interno em 2015. Também se apreciou, em regime de votação, se a Conselheira Danielle Brígida iria fazer uma visita técnica em Salvador. Votaram pelo Sim: CFESS, ABL, ArtGay Jovem, FONAJUNE, RedeTrans, MPOG, MDH. Votaram Não: ABEH. Se abstiveram: SEPIR, SPM, MS, MEC.

.....

Após o intervalo do almoço, mais precisamente as 14:35, a reunião foi continuada. O Presidente do Conselho pediu ao pleno mais compromisso com os horários. Passa-se a palavra para Lucas Batista de Carvalho Pinheiro da Secretaria Executiva dos Conselhos do MDH, para a leitura do relatório da reunião da Mesa Diretora ampliada. O



Ministério dos Direitos Humanos
Secretaria Executiva dos Conselhos
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C
Edifício Parque Cidade Corporate Torre A
10º Andar – Sala 1001b

Conselheiro Emerson Silva Santos, faz o relatório sobre o comitê Pró 4ª Conferência Nacional LGBT. A etapa nacional da 4ª Conferência Nacional LGBT será realizada até novembro de 2019. As Conferências Estaduais serão até Setembro/2019 e Julho/2019 as Conferências Municipais. O tema será “A Garantia dos Direitos LGBTQIA+ para o fortalecimento da Democracia.

Nesse momento, houve uma breve discussão em relação a articulação com o Ministério dos Direitos Humanos em relação a questão orçamentaria e sobre a busca de emendas parlamentares para a aquisição de verba para a realização da conferência.

A Conselheira Luma Nogueira de Andrade relatou o ocorrido na reunião do Grupo de Trabalho de comunicação e propôs ações como Calendário com datas comemorativas, criação da fanpage, transmissão ao vivo das reuniões do CNCD, página no site do MDH, email institucional do CNCD, Guia orientador LGBT. A conselheira Jovanna ressaltou a importância publicidade dialogue com estados e municípios. Marina Reidel toma a palavra e fala que o Guia Orientador já existe e precisa ser aprimorado. Os conselheiros parabenizaram o GT de Comunicação

A reunião avançou com as considerações dos conselheiros, que debateram o uso da nomenclatura de termo “Transgênero”. Em seguida o pleno discutiu a situação das mais variadas formas que poderiam ser transmitidas as reuniões, uma vez que o conselho encontra-se sem orçamento suficiente para custear tais despesas. a compor a mesa, a Gestora de Políticas LGBT, Paula Benett, Flávio Brebis.

Flávio Brebis inicia falando que Coordenação LGBT foi criada pelo Decreto 36296/2015 e atualizada pelo Decreto 36832/2015 na nova estrutura do Governo do Distrito Federal, compondo a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.; Flávio Brebis fala de sua vivência e militância. Fala dos desafios de pautar LGBT no DF. Foi criada uma subsecretaria de LGBT e foi colocada logo após como uma coordenação. Esta coordenação é o órgão responsável por articular políticas para LGBT. Fala da DECRIN, Delegacia Especial de repressão aos Crimes por Discriminação Racial, religiosa ou por orientação sexual ou contra a pessoas idosa ou com deficiência. Paula Benett fala sobre a DECRIN e sobre a importância de fomentar em todos os estados. Expôs o modelo da campanha no carnaval, sobre tipos de discriminação, em que entregaram de folder, e fizeram gravação de vídeo. Paulo Brebis fala sobre o nome social e comenta que o Decreto 37982/2017 dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans – travestis,



Ministério dos Direitos Humanos
Secretaria Executiva dos Conselhos
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C
Edifício Parque Cidade Corporate Torre A
10º Andar – Sala 1001b

transexuais e transgêneros – no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal. Também a Portaria nº 3 de 21 de Junho de 2017 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para o nome social. Neste sentido, foi feito um folder para conscientizar membros da Administração Pública direta e indireta. Paula Benett informa que foi criado um espaço em homenagem às pessoas trans que é o ‘Jardim Marina Garlen’ que é um espaço bucólico criado a partir do plantio de ipês no Parque da Cidade Sarah Kubitschek inaugurado na Semana da Visibilidade Trans em memória das pessoas trans. Relatou que a transfobia é um problema de toda a sociedade por isso é importante a conscientização. No âmbito distrital criou-se um Comitê intersetorial LGBT e foi criada a Lei nº 5835/2017 que instituiu a Lei de Dados de Violência, além disso foi criado o Conselho Distrital LGBT pela Lei 28292/2017. Também foi informado que o ambulatório Trans foi inaugurado no Hospital Dia no DF com especialidades de Psicologia, psiquiatria e assistência social, também foi feita a política cultural de ações afirmativas. Além disso, há um estudo sobre a população LGBT no Distrito Federal que foi uma pesquisa inédita no DF e em Dezembro de 2017 foi criada a Lei de combate à LGBTfobia. Paula Benett finaliza se colocando a disposição e afirma que neste momento de ascensão de conservadorismo deve-se ter união e pediu uma salva de palmas para Regina Cohen da Associação Arco-Íris. Em seguida passa-se a a palavra para Dra Gláucia Cristina da Silva, Delegada da DECRIN do Governo Distrito Federal fala que apesar da crise na Polícia Civil do DF, conseguiu-se desenvolver o trabalho. Em seguida, Ana Carolina Silvério fala da experiência do CREAS da Diversidade Sexual, Etnico-racial, e religiosa, falando do Ineditismo da iniciativa no Distrito Federal e importância para se combater a LGBTfobia e Racismo Institucional, Políticas de Identidade que deve ter um Olhar Específico do SUAS, e um reconhecimento institucional dos Processos políticos envolvidos na visão de Ana Carolina. Ana Carolina falou da Horizontalidade das Relações de trabalho, detacando a autonomia profissional, Transversalidade da política pública e Protagonismo das Redes Sociais como instrumento de trabalho para gestão e afirmou que os carros-chefe do CREAS são: o Blitz da cidadania, o CadUnico das famílias LGBT, Profissionalização do PRONATEC, SISU e outros programas de Inserção em Universidades para Pessoas Trans. Além disso existe um trabalho de Inclusão de Travestis e transexuais no mercado formal de trabalho e também o Projeto vira-vidas destinado a Jovens profissionais do sexo para que procurem uma alternativa profissional. Afirma que houve 3650 atendimentos, sendo 70% de discriminação sexual.

A Diretora Marina cumprimenta a todos os palestrantes e vê as iniciativas como boas práticas a serem replicadas. A Conselheira Adriana do MDSA fala do atendimento do CREAS da Diversidade e que



Ministério dos Direitos Humanos
Secretaria Executiva dos Conselhos
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C
Edifício Parque Cidade Corporate Torre A
10º Andar – Sala 1001b

o CNAS faz a proposta de universalização para os municípios até 20.000 habitantes. Neste sentido, a Conselheira Keila da ANTRA diz que só vai resultar algo concreto quando se aproximar da sociedade civil organizada.

No dia 12/04 às 09:35, deu-se continuidade à 44ª Reunião Ordinária, com a pesquisadora da UnB, Ediane Pereira Dias que relatou brevemente a composição do prontuário do SUAS juntamente com a tipificação socioassistencial, logo após apresentou um protótipo de prontuário eletrônico com as novas nomenclaturas relacionadas ao público LGBT. Debateram-se as nomenclaturas utilizadas no protótipo. A pesquisadora fez a apresentação sugerindo a opinião dos conselheiros, após discussão intensa sobre o assunto tratado, deu-se início sobre o tema a 4ª Conferência Nacional LGBT e seus eixos, logo após encerrou-se os trabalhos da parte da manhã.

Dando continuidade na parte da tarde a Consultora Camila Dias Cavalcante fez um breve relatório do Pacto Nacional de enfrentamento à LGBTfobia e explicou que o pacto é uma proposta do Governo Federal para articular ações que visem o enfrentamento da violência perpetrada contra a população LGBT, para aderir ao Pacto a consultora sugere uma série de ações, dividindo-se em 5 eixos que são Prevenção, investigação e responsabilização, promoção, reparação e participação e transparência, concretizando-se em práticas como criação de Comitê Estadual Gestor, Elaboração de Plano de Ações, elaboração de relatórios quanto a execução das ações propostas, publicação dos resultados das ações propostas e sugere ações como criação de centros de referências em cidadania LGBT, criação e divulgação de campanhas contra a discriminação da população LGBT nos órgãos estaduais e distrital, elaboração de relatórios e/ ou dossiê sobre violência LGBT, como forma de identificar as causas e propor estratégias de enfrentamento, criação de media training capacitando o uso das redes sociais para lidar com as ameaças virtuais, formação de gestores públicos estaduais e municipais para atendimento da população LGBT em diversos setores de políticas públicas, como saúde, educação, trabalho, turismo, segurança pública, entre outros. Falou também sobre a necessidade de inserção da perspectiva de gênero, identidade de gênero e orientação sexual em todas as fases do processo de investigação e responsabilização, inserção da categoria violência LGBT nos registros de ocorrências no campo destinado à motivação do crime, Criação de Coordenadorias de Promoção de Políticas LGBT; Criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Combate à Discriminação LGBT, com recurso próprio para realização de ações de visibilidade e promoção da cidadania LGBT, articulação com secretarias de saúde, assistência social e trabalho para atendimento da população LGBT vítimas de violência ou discriminação, realização de seminários com ampla participação social para discussão de políticas LGBT e apresentação das ações na área já executadas. Após a exposição a Conselheira Adrianna faz observações quanto a necessidade e



Ministério dos Direitos Humanos
Secretaria Executiva dos Conselhos
Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C
Edifício Parque Cidade Corporate Torre A
10º Andar – Sala 1001b

importância de assegurar a transversalidade entre as políticas propostas. Fez um esclarecimento de que casa abrigo e casas de passagem são conceitos diferentes. O Conselheiro Emerson fez um questionamento sobre os Conselhos Estaduais, se foi feito um diálogo com esses conselhos e com os conselheiros dos Estados enxergam o pacto, a consultora Camila expôs que a principal demanda dos estados foi financiamento outra questão foi a necessidade da interiorização das políticas, fazendo sugestões para que possa pensar em interiorização. A metodologia foi definida em que prioritariamente, necessitava-se ter um diálogo com a gestão estadual e que os Conselheiros estaduais que foram ouvidos fizeram questionamentos semelhantes, no que diz respeito à interiorização e financiamento e muitos falaram que por mais que tenham crítica, vão discutir. Disse que está pensando um comitê interministerial que pode ser um espaço importante para articulação. Logo após encaminhou-se para o Relato da Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional LGBT, Relato da Câmara Técnica Permanente de Legislação e Norma e Relato da Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção e Combate da violência contra a população LGBT. O Presidente encerrou os trabalhos às 18:03.

Relatores da Secretaria-Executiva dos Conselhos do MDH:

- Lucas Batista de Carvalho Pinheiro
- Willian da Silva Cruz
- Angela Souza Clarebout